

Fortaleza, 14 de julho de 2017.

Maria do Socorro Costa Brilhante
Promotora de Justiça
4ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano

Giovana de Melo Araújo
Promotora de Justiça
11ª Promotoria de Justiça Cível e Conflitos Fundiários de Fortaleza

Maria Jacqueline Faustino de S. A. Nascimento
Promotora de Justiça
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente e Urbanismo (CAOMACE)

Hugo Frota Magalhães Porto Neto
Promotor de Justiça
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania (CAOCIDADANIA)

Demonstrativo
Fortaleza, 17 de julho de 2017
Fundo de Reparelhamento e Modernização do Ministério Público – FRMMP-CE
Demonstrativos Financeiros (ANEXOS)

Recomendação Conjunta Nº 003/2017-PGJ/CGMP
Fortaleza, 3 de julho de 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 129, II, da Constituição da República, c/c o art. 10, XII, da Lei Federal nº 8.625/1993, e art. 26, XXII, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008, e o CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no desempenho de suas atribuições institucionais, especialmente aquela conferida pelo art. 58, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008:

CONSIDERANDO o disposto no art. 26, III, da Lei 11.340/2006, segundo o qual incumbe ao Ministério Público cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 135, de 26 de janeiro de 2016, editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, instituiu o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, regulamentando o art. 26, III, da Lei 11.340/2006;

CONSIDERANDO que a reportada Resolução determina a alimentação em sistema eletrônico dos processos em que haja a aplicação da Lei nº 11.340/2006, inclusive os casos de feminicídio em contexto de violência doméstica;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público possui programa de banco de dados de abrangência nacional para cadastramento dos casos de violência doméstica;

CONSIDERANDO, por fim, o teor do Ofício Circular nº 024/2017/ENASP/VS-CNMP, que contém solicitação da coordenação da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) no sentido de que esta Instituição continue a alimentar tempestivamente o cadastro com informações relativas aos feitos que versarem sobre violência doméstica;

RESOLVEM:

Art. 1º Recomendar aos membros do Ministério Público com atribuição para atuar no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher que alimentem o sistema Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instituído pela Resolução CNMP nº 135, de 26 de janeiro de 2016, com os dados pertinentes aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 2º Enquanto não adaptados os sistemas eletrônicos de informação deste Ministério Público, a alimentação dos dados relativos aos feitos que versarem sobre violência doméstica, incluídos os casos de feminicídio em contexto de violência doméstica contra a mulher, deverá ser realizada de forma manual no sistema eletrônico mantido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, conforme diretrizes contidas no Anexo I desta Recomendação.

Art. 3º Recomenda-se, ainda, que os Promotores de Justiça com atribuição na área da violência doméstica e familiar contra a mulher, observada a independência funcional, fiscalizem a atuação policial para que os boletins de ocorrência lavrados e outros termos similares sejam preenchidos com todos os campos exigidos pela tabela de taxonomia do Cadastro Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a

Mulher (modelo de coleta de dados resumido para ser fornecido à autoridade policial, conforme anexo III).

Art. 4º O cadastramento a que se refere esta Recomendação deverá incluir obrigatoriamente os dados que versem sobre violência doméstica de procedimentos que tenham sido instaurados a partir de 07 de agosto de 2016, conforme Portaria ENASP nº 01, de 10 de março de 2017.

Art. 5º A Coordenação do CAOCRIM realizará a gestão do cadastro no âmbito do Estado do Ceará, no entanto o Núcleo de Gênero Pró-Mulher prestará o apoio que for possível e necessário ao cumprimento das aludidas atribuições, inclusive disponibilizando informações, conforme (contatos) constantes no Anexo I.

Publique-se. Registre-se. Encaminhe-se cópia desta recomendação:

- aos Promotores de Justiça com atribuição na área da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, aos Promotores de Justiça do Júri e ao titular da 12ª Promotoria de Justiça Criminal.
- ao CAOCRIM e NUPROM para ciência.

Fortaleza, 03 de julho de 2017.

Vanja Fontenele Pontes
Procuradora-Geral de Justiça em exercício José Wilson Sales Júnior
Corregedor-Geral do Ministério Público

ANEXO I

(a que se refere a Recomendação Conjunta nº 003/2017)

A solicitação de acesso ao sistema Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, disponibilizado pelo CNMP, deverá ser apresentada diretamente pelo interessado através do e-mail enasp@cnmp.mp.br;

As solicitações encaminhadas por e-mail deverão conter os seguintes dados do interessado: nome completo, e-mail institucional, matrícula e número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

Concluído o cadastramento, o interessado acessará o sistema Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher através do seguinte endereço eletrônico: <https://scnvd.cnmp.mp.br>;

Para mais informações sobre o cadastro manual de dados no referido sistema, o CNMP disponibiliza o Manual do Usuário, conforme link [d i s p o n í v e l e m <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Manual_do_Usuario.pdf >](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Manual_do_Usuario.pdf);

Sugere-se, ainda, a criação de uma tabela de controle com a numeração própria dos processos em cada órgão de execução para facilitar o acompanhamento da alimentação do sistema, conforme Anexo II;

Para outras informações relativas à alimentação do sistema Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica, entrar em contato com o Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher pelo telefone (85) 3214-2673 (falar com o servidor Claudio Roberto) ou diretamente com o CNMP através do telefone (61) 3315-9527 (falar com Tasso Iuri ou encaminhar dúvida para o e-mail tassomiranda@cnmp.mp.br).

Ata Nº 021/2017

Fortaleza, 3 de julho de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2017

PROCESSO Nº 46161/2016-0

Aos 03 dias do mês de julho de 2017, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº 012/2017 publicada no Diário Oficial eletrônico do MPCE em 27/06/2017, homologado às fls 498/502 do Processo nº46161/2016-0. Esta Ata vai assinada pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Dr. João de Deus Duarte Rocha, Ordenador de Despesas designado pela Portaria nº 1383/2017 da PGJ-CE - Órgão Gestor do Registro de Preços e pelos representantes legais dos licitantes classificados para registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Plácido Barroso Rios
Vice procurador(a)-Geral de Justiça
Vanja Fontenele Pontes
Secretário-Geral:



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

ANEXO III**DADOS PARA PREENCHIMENTO NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA PARA A ALIMENTAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – SUGESTÃO DE MODELO**

DADOS DO AGRESSOR
QUALIFICAÇÃO: NOME COMPLETO, FILIAÇÃO (MÃE), DATA DE NASCIMENTO E CPF
SEXO
COR/RAÇA
NACIONALIDADE
NATURALIDADE
ESCOLARIDADE
RENDA INDIVIDUAL

DADOS DA VÍTIMA
QUALIFICAÇÃO: NOME COMPLETO, NOME SOCIAL, FILIAÇÃO (MÃE), DATA DE NASCIMENTO E CPF
COR/RAÇA
DEFICIÊNCIA
ORIENTAÇÃO SEXUAL
NACIONALIDADE
NATURALIDADE
ESCOLARIDADE
RENDA INDIVIDUAL